




"Aqui quem manda somos nós"

A HISTÓRIA DO
ÚNICO ACAMPAMENTO
CIGANO CHEFIADO
POR MULHERES

REPORTAGEM
ANAÍRA SARMENTO

ORIENTAÇÃO
MAURO CÉSAR SILVEIRA



A decisão foi unânime. Enfrentar anos de violência, esforço físico desmedido e festas regadas a bebidas alcoólicas e drogas ilícitas já não pertencia ao universo desejado por cinco das sete irmãs da família Fernandes. O falecimento dos maridos foi o impulso final para que elas pegassem seus trapos e mudassem em busca de uma vida melhor, em uma cidade nova e cheias de esperança. Joinville parecia o destino certo. Seria a oportunidade perfeita para romperem com os vícios dos Povos Romani, chamados ciganos, na comunidade onde viviam, e criar seus filhos em um ambiente diferente. As viúvas, de etnia Calon, ou Calins, como são chamadas as mulheres do grupo, tinham apenas duas opções: ou mantinham-se unidas, somente entre mulheres, com a possibilidade de enfrentarem um padrão de vida precário; ou teriam que morar em São Paulo, às custas de um cunhado traficante de armas e entorpecen-

tes, que negocia com ciganos e gadjons - os não-ciganos. Ao escolherem a primeira opção, tiveram que assumir a responsabilidade de encarar a represália dos familiares, assim como os obstáculos que viriam a surgir nos próximos cinco anos de suas vidas. As histórias aqui retratadas são relatos do modo de vida de uma família cigana específica, que pertence ao único acampamento registrado no Brasil e no mundo chefiado somente por mulheres, e a forma como enfrentam, diariamente, a luta pelos direitos humanos. Em 2011, um levantamento de dados, inédito, sobre os Povos Romani no Brasil, divulgado pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), identificou 291 municípios que abrigam acampamentos ciganos, localizados em 21 estados. Desses, apenas 40 prefeituras afirmaram desenvolver políticas públicas para os povos ciganos, o que corresponde a 13,7% do total.



NO ACAMPAMENTO,
TODOS OS ALIMENTOS
SÃO COMPARTILHADOS
ENTRE AS CALINS

Sol a pino. O centro de Joinville ferve entre passadas, buzinas e fumaça. Mais de 569 mil pessoas e 383 mil veículos circulam na cidade industrial do Norte de Santa Catarina. A sete quilômetros dali, em um bairro periférico chamado Jarivatuba, o silêncio permeia o ambiente. O asfalto quente da rua Agulhas Negras, coberto de terra, tem a mesma cor marrom avermelhada que a lama do terreno baldio onde as irmãs ciganas do grupo Calon acamparam. As poças de água ali espalhadas refletem os fios elétricos caídos e entrelaçados, que faíscam a 220W. A pouco mais de um metro do chão, um pedaço de bambu e um pilar de cimento são usados como suportes para um balde branco, amarrado entre fitas adesivas e cordas, que faz uma ligação direta com um poste de energia elétrica. A partir dali, as seis barracas montadas no terreno são iluminadas com luzinhas de natal.

Em meio a mercadinhos, escola e casas de alvenaria, o mato volumoso e alto, que cobre boa parte da área, chama a atenção. Nada passa despercebido aos olhos dos moradores do bairro, já que não há nenhum tipo de cerca ou muro para fechar o terreno. Não há calçada na entrada do acampamento, assim como não há número, campainha ou

“PASSOU RATO TEM QUE JOGAR FORA. NUM ADIANTA RATOEIRA, E O VENENO ACHO QUE ENGORDA MAIS O RATO”

uma porta para bater. Ali dentro, as tendas, feitas de lonas, estacas de madeira e cordas, são dispostas em semicírculo. As que estão na parte da frente do terreno ficam a um passo da rua. Qualquer pessoa pode tocá-las ou, até mesmo, furá-las. Todas ficam abertas durante o dia. Os poucos bens materiais que existem ali podem ser vistos, assim como as pessoas que transitam no local ou o que fazem diariamente. Durante a noite, as lonas que estão amarradas à parte de cima da barraca são esticadas para baixo e presas às estacas de madeira, a fim de cobrirem as laterais da casa. Como nem todas possuem cama, no chão, há alguns pedaços de lona, suficientes para que uma ou duas pessoas possam deitar e dormir.



- Não, Iram, fecha isso aí, por causa dos rato, fio! - Lindacir fala alto, ao levantar para cobrir com lençol as mais de 30 painelas, areadas e muito brilhantes, empilhadas em um balcão de madeira - Aqui é assim, tem que ficar lavando louça a cada passo, porque os rato sobem nos móveis. As comida que a gente come tem que botá na geladeira, pros rato num entrar. Passou rato tem que jogar fora. Num adianta ratoeira, e o veneno acho que engorda mais o rato. Eles andam até por cima do teto da barraca, à noite eles ficam patinando em cima dessa lona. A gente tem medo deles fazê xixi lá em cima e daí pega água da chuva nas roupa, num dá, dá medo de ficar na pele. Mas isso aqui, quando nós chegou, era ainda pior.



Em novembro de 2011, quando as irmãs Lindacir Fernandes, de 32 anos, e Luci Fernandes, de 41 anos, chegaram ao terreno de Joinville. Ambas eram viúvas. Lindacir, de pele escura queimada do sol e cabelos compridos amarrados com fita, veio com seu filho de quase dois anos. Apesar de estar sempre sorridente, exibindo os dentes de prata, tenta conviver com uma depressão, desde que perdeu o marido e o filho mais velho, de 14 anos, em acidente de carro, um ano antes. Já Luci, de estatura baixa, marcas de expressão fortes no rosto e cabelos curtos, que perdera o marido em uma briga de ciganos, chegou com seus dois filhos, um de dez e outro de seis anos. Vindas de

Irati, no Paraná, carregavam uma lona preta, suficiente para erguer apenas uma barraca, e algumas mantinhas, que chamam de “pica-pau”. Nos primeiros meses, não havia cobertor e colchão para todos, Lindacir e Luci deixavam as crianças dormirem, enquanto ficavam sentadas no chão, durante a noite, protegendo-as da chuva forte de verão.

- Tinha vez que tinha cigarro pra fumar, tinha vez que tinha café pra tomar, mas tinha vez que não tinha nada. Nem água, nem comida - desabafa Luci.

Depois de um ano, chegaram mais duas irmãs. Vilma Fernandes, tinha 44 anos, e Delir Fernandes, 38 anos. Cada uma com seus dois filhos. Ambas

também eram viúvas. Vilma é magra, tem os braços finos, pele seca e cabelos curtos. A voz rouca denuncia os anos de dependência ao tabagismo. Enquanto Delir, ofegante, de cabelos curtos e grisalhos, não deixa que ninguém “atropela” sua fala. O marido faleceu após um AVC, já o companheiro de Vilma, também morreu em uma “briga de cigana”.

- As brigas são bebedeira normal, num precisa de festa. É que eles bebem as cachaca deles, mas bebem armado. E as mulher não tem a ordem de tomar aquelas armas dos homem. É só os homem que pode ter arma. Eu peguei um trauma de briga, que eu num quero mais ficá na cola de cigano nenhum. A não ser os meu filho aqui. A gente tem medo, porque se matou, matou, acabou. Eles são bão antes de beber, mas bebeu eles vira dez pessoa numa só - conta Lindacir.

Maria Paula Fernandes tinha 34 anos quando chegou ao terreno. Foi a última das cinco irmãs a unir-se ao acampamento. Levou consigo para Joinville apenas seu filho mais novo, de 10 anos. O primogênito, de 17 anos, já estava casado e decidiu continuar em São Paulo. Ambos são do primeiro casamento. À época, seu segundo marido, diagnosticado com insuficiência

cardíaca, fazia tratamento na capital paulista e, por este motivo, a visitava poucas vezes. Maria Paula está sempre atenta a tudo e todos que a rodeiam. Muito esperta, ela mede suas palavras, sabe o que e quando falar. Prefere usar o dialeto próprio apenas nos momentos em que os gadjons estão por perto - para que não a entendam. Por trás do vestido transparente, pode-se ver o maço de cigarros que carrega entre os seios.

Em maio de 2012, Elisa Costa, presidenta da Associação Internacional Maylê Sara Kalí (AMSK) - organização sem fins lucrativos com o objetivo de propagar a história, tradições e costumes dos Povos Romani no Brasil - teve conhecimento da situação das ciganas, através de um primo das Calins.

- Elas estavam em situação de vulnerabilidade assim que chegaram em Joinville. A Lindacir me ligou, só que ela mais chorava do que falava. E aí eu pensei que tinha alguma coisa errada. Quando fui visitá-las, percebi que era muito pior do que imaginava. Elas não tinham quase nada.

Até então, nenhum órgão público de Joinville havia entrado em contato com as irmãs ciganas. Por este motivo, Elisa Costa tomou a iniciativa de acionar a Ouvidoria Nacional da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR), para intermediar ações junto ao Estado, em defesa dos direitos humanos da família Fernandes.

Segundo Estefânia Rosa Basi

de Souza, psicóloga que coordena o Serviço de Atendimento Proteção Básica, da Secretaria de Assistência Social (SAS) do município, o primeiro contato com as ciganas se deu naquele mesmo ano, através de uma assistente social da Secretaria. Uma das primeiras medidas a ser tomada foi a tentativa de encaminhá-las para alguns cursos profissionalizantes, da Casa Brasil, como o de panificação. No entanto, a profissional alega que o analfabetismo delas, assim como a falta de documentação e de tempo, já que necessitavam cuidar das crianças no acampamento, foram alguns impeditivos para que realizassem o curso.

- Foi feita bastante intervenção nesse sentido, mas a gente viu que não surtiu efeito. Então, hoje eu me pergunto, até que ponto foi respeitada a cultura delas? Para quem não é cigano já está difícil conseguir emprego no mercado de trabalho, imagina pra elas que já sofrem esse tipo de preconceito em qualquer lugar - confessa Estefânia.

Diante da falta de recursos para comprar alimentos, a AMSK providenciou 72 panos de prato para que elas vendes-

sem e pudessem se sustentar, mesmo que a curto prazo.

- Nós tinha que sair de manhã pra vender pano. Já teve caso de nós ir de a pé daqui pro centro, por causa de que não tem dinheiro pra passagem. E os ônibus nem sempre param pra nós. Chegava lá, e ia com dois paninho. Com o dinheiro daqueles dois, comprava mais três, e com o dinheiro daqueles três comprava mais quatro. Era assim que nós vivia - relembra Lindacir, com o olhar baixo e as sobrancelhas franzidas.

Como a venda de panos de prato nunca foi suficiente para manter a família, as ciganas já tentaram trabalhar como lavadeiras de roupa, na limpeza de banheiros e utensílios de cozinha - mesmo que essas atividades não pertençam à cultura Calon. Mas lhes foi dito que, por serem ciganas, não eram de confiança.

- É muito difícil, porque nós chega em outro lugar e a gente não tem conhecimento com ninguém. E tem muito preconceito, porque eles não entendem também, sabe. Por causa de um fazê bagunça, daí pra eles tudo faz. Por causa de um fazê, tudo paga - lamenta Maria Paula.

**“OS ÔNIBUS
NEM SEMPRE
PARAM
PRA NÓS”**



GRANDES ESTACAS
SÃO UTILIZADAS
PARA A SUSTENTAÇÃO
DAS BARRACAS

Tecendo resistência

O cheiro de comida desperta as crianças famintas que começam a rodear o fogão no acampamento. Enquanto os filhos conversam, uma das ciganas começa a cozinhar. Outra, de cócoras, utiliza uma bacia apoiada no chão para lavar colheres, pratos, copos e potes de plástico que serão usados no almoço. Na maioria das vezes, as refeições são feitas em conjunto.

- A gente divide tudo. Todas as comida. Vamos supor, quando eu faço almoço, não deixo nenhuma delas fazer, come tudo aqui comigo. À tarde, se a Linda fizer pão na barraca dela, nós come tudo lá. E nós não tem preferência de comida não, é o que tem pra comer. Encheu a barriga, valeu! - afirma

Delir, aos risos, enquanto descasca batatas com uma faca afiada, mas sem cabo.

Ao centro do terreno, uma das cinco irmãs Calins retira água da mangueira preta caída ao chão. Ela enche uma jarra de plástico que será utilizada para servir um suco de tangerina, da marca Tang, no almoço.

Essa é a única saída de água utilizada pelos 17 habitantes do local. A instalação foi feita, em janeiro de 2017, pelo Núcleo de Atendimento Social (NAS), da Companhia Águas de Joinville. A tubulação vem da Igreja protestante Cristo é Vida, que permitiu o compartilhamento da água. A ação apenas tornou-se viável porque os fundos do

terreno ocupado pelas ciganas pertence ao centro religioso. E, dentro da legislação vigente, a companhia somente poderia atender a essa demanda se solicitada pelo proprietário do lote. As Calins se consideram católicas e contam que foram bem recebidas pelo pastor Benjamim dos Santos, desde que começaram a frequentar os cultos, aos sábados, para “ouvir a palavra de Deus”.

De acordo com João Abeid Filho, assistente em suporte administrativo do NAS, ele e sua equipe já haviam passado pelo local anteriormente. No entanto, como pensavam que se tratava de uma ocupação temporária, dada a característica migratória estereotipada da cultura cigana, nada foi

feito. Em novembro de 2016, a companhia recebeu um e-mail do então gerente da SAS de Joinville, Marcio Sell, que reivindicava, a pedido do diretor do órgão governamental, a viabilização da ligação de água para o acampamento Calon. Foi quando começaram a pensar em estratégias para solucionar o problema.

Desde então, a conta de água passou a vir no nome da Igreja, mas são as Calins que pagam para o pastor Benjamim. O cavalete e hidrômetro foram cedidos pela companhia, para que o volume de água utilizado pelo grupo fosse calculado. João Abeid afirma que ficaram surpresos com a economia de água feita pelas ciganas.

- Preocupados com o possível consumo de água e a viabilidade de arcarem com esse custo, em função do número de pessoas no local, fizemos um acompanhamento semanal, verificando as leituras antes mesmo que fosse gerada a primeira fatura. Pensamos em agendar uma ação de uso consciente de água, com nossa equipe de educação ambiental. Em uma dessas visitas de acompanhamento, estava chovendo e elas estavam com tonéis captando água da chuva, o que me surpreendeu, uma vez que já tinham água regular. Elas informaram que usariam nossa água apenas para beber e que usariam a água de chuva para as demais necessidades. Então, desistimos de levar nossa equipe de educação ambiental e entendemos que elas é que têm a nos ensinar como economizar água.

Conforme o assistente em su-

porte administrativo do NAS, o consumo da primeira fatura foi de 11 m³, apenas um metro cúbico a mais do que o cobrado como taxa mínima para a tarifa correspondente à classe residencial comum.

- A estimativa de consumo mensal médio no Brasil é de 6m³, por pessoa. Isso quer dizer que o consumo delas equivale ao de uma família de apenas duas pessoas. E esse consumo se manteve nos meses posteriores. Então pensamos em usar a experiência delas para nossas ações de educação futuras.

Antes da intervenção feita pelo NAS, e desde que chegaram ao acampamento há cinco anos, as ciganas apenas conseguiam água comprando de uma vizinha, que mora do outro lado da rua - a única do bairro que lhes ofereceu. Inicialmente, eram cobrados R\$ 20 mensais, para cada barraca. Uma média de seis a sete galões, que pesavam mais de 10 kg, eram utilizados por dia. As cinco irmãs se revezavam para carregar, já que era necessário duas pessoas para fazer o transporte, uma segurava na frente e outra atrás. A água, retirada pela torneira do jardim da vizinha, não era filtrada.

- Nós conversamos com ela pra nós ficar puxando a água. Sem tempo né, porque ninguém queria dar água ali. Então nós aceitava, nós pedia água e pagava. Mas aí ela foi cobrando cada vez mais da gente, porque foi aumentando a água e daí ela aumentou pra nós também. Na última vez que nós pegamos água, ela

tava cobrando R\$ 30. Nós pagava caro pra ela, mas valia a pena, porque ninguém queria dar. E ela cedeu água pra nós por cinco anos. Mas aí agora a gente conseguiu essa da Águas de Joinville, meu Deus do céu, foi um alívio. Nós não lavava a louça certo assim. A cobertura nós não lavava. Nós puxava água de lá pra tomar banho, mas ainda ficava com pouca água pra se lavar - relata Luci.

As Calins costumam tomar banho duas vezes ao dia. Apenas duas barracas possuem uma área reservada para banho, que é dividida por cortinas verde e laranja neón, feitas por elas próprias. Nesse local, uma tábua é sustentada por grandes pedras, localizadas nas quatro pontas para dar equilíbrio. Em cima da madeira, fica um galão retangular de plástico, cortado ao meio, onde depositam a água que será usada para o banho, e uma leiteira de alumínio. Em pé, ao lado do galão, as ciganas utilizam a leiteira para pegar água e se lavar. O mesmo recipiente que antes era utilizado para trazer a água retirada da vizinha até o acampamento, agora serve para transportar o líquido da mangueira preta, no centro do terreno, até os fundos das barracas. O perigo diminuiu, pois as ciganas não precisam mais atravessar a rua e passar entre os carros, que nem sempre param. Mas as dores nas costas continuam, já que o trabalho físico diário é pesado.

Atualmente, com a instalação do sistema disponibilizado pela companhia Águas de Joinville, as ciganas podem consumir até 10 mil litros de

água, por mês, e pagar a tarifa mínima de R\$ 31,34, conforme a tabela tarifária de água e esgoto da Companhia de Saneamento Básico, de Joinville. Se elas continuassem a comprar água do terreno vizinho, estariam pagando um valor de R\$ 180,00, por mês, para as seis barracas. E mesmo com a redução dos gastos, as ciganas continuam racionalizando água para a comida e limpeza das roupas.

- Agora nós pega aquele galão quando chove, e nós enche pra lavar roupa. Pra conservar um pouco de água ali, porque se não vem estourado pra nós, sabe. Assim economiza água um pouco - revela Delir, consciente do pouco dinheiro que possuem para arcar com as despesas da família.

João Abeid observa que elas devem se dirigir até a Secretaria de Assistência Social para pedir a atualização do Cadastro Único (CadÚnico) - pré-requisito para a obtenção da Tarifa Social. Assim, a companhia poderá inseri-las neste benefício, para que o valor das faturas mensais seja ainda mais reduzido.

- Nós do Núcleo de Atendimento Social atuamos na solução de todo o tipo de questão ligada ao saneamento para famílias em situação de vulnerabilidade social. Nosso olhar não se limita à questão étnica. Quando estivemos no local, o que vimos foram famílias vulneráveis, que necessitam de saneamento e que nós podemos ajudar.



AS CALINS UTILIZAM
ÁGUA DA CHUVA
PARA LAVAR LOUÇA
E LAVAR ROUPA

Com o passar do tempo, o acampamento, que tinha apenas uma barraca, foi crescendo. Novos eletrodomésticos foram adquiridos. Novos cobertores foram comprados. Novos contatos foram trocados. A venda de panos de pratos já não é a única fonte de renda da família. As irmãs Calins também trabalham com costura. Aprenderam a fazer vestidos, saias e cortinas com a mãe, que fazia roupa para elas e para vender. As mãos grossas, com calos e cicatrizes refletem o intenso trabalho manual feito desde pequenas. Já os homens ciganos, trabalham com compra e venda de produtos diversos.

- Eles trabalham assim, negociam tudo, eles vendem celular, colcha, cobertor, o que vier pra vender eles vende. Geralmente eles vão lá no Paraguai e depois trazem um monte de cobertor pra revender. Mas a gente aqui só trabalha com costura mesmo, porque pra mim vender um cobertor do Paraguai, que é mais barato, eu tenho que ir lá comprar. Mas eu não tenho carro e nem dinheiro pra pagar a passagem. E se for pra comprar aqui é muito caro, eu não vou tirar meu lucro daí. Então pra mim trabalhar com outras coisas não vale a pena - justifica Lindacir.

As costuras são negociadas pelo aplicativo WhatsApp. As encomendas são feitas por outras ciganas, principalmente do Rio Grande do Sul, que, se-

gundo as Calins, são as famílias com maior poder aquisitivo. Todas as informações são passadas pelo celular, assim como o tipo de tecido que deverá ser utilizado ou o modelo de vestido a ser confeccionado. As principais demandas são para festas, casamentos ou batizados. A renda, a fita e a saia são os elementos centrais para se fazer uma vestimenta cigana. Primeiro, as famílias vão até o acampamento para deixar os tecidos. Depois só voltam para pegá-los e pagar a encomenda.

- Quando eles vêm buscar, eles ficam uns dias acampados aqui até terminar, porque tem muita roupa pra costurar. Se a família tem dinheiro mesmo, um casamento pode durar até 15 dias. E cada dia é um vestido. Tem muita saia, forro de baixo e renda que as mulher dão pra nós fazer. Fora aqueles prateado, com pano brilhoso, é pior pra gente costurar. Quebra muito a agulha da máquina. Esse é o mais arrumado. Então tem que ser com paciência. Se for cortar na loucura, perde tecido e nós não tem condição de comprar - ensina Delir.

Quando chegaram em Joinville, as ciganas cobravam a mão de obra de cada vestido por R\$ 30. Atualmente, elas cobram R\$ 50, pois o dinheiro que re-

cebiam não era suficiente para cobrir as despesas. Quando as clientes não possuem dinheiro para pagar, acabam negociando para não saírem no prejuízo e assumem um papel historicamente destinado aos homens.

- É que nem esse fogão e essa lona. Nós fizemo a costura e vieram pegar, só que como eles não tinham dinheiro pra me pagar, daí eu peguei o som e peguei a televisão. Porque eu não sô de pegar fiado não, porque depois vai procurar eles onde? Aí eles ligam pra gente e nós combina com eles pra trazê as coisas de carro. Outra vez eles falaram, “ah, não tenho dinheiro, mas tenho uma geladeira”. E eu digo, “traz para mim vê, se tiver funcionando eu pego”. Eu peguei essa geladeira aí no valor de 600 real. E era pra ele me pagar em dinheiro, porque pra mim a geladeira não vai fazer tanta falta. Eu preciso é do dinheiro pra tá se mantendo. Mas pra não perder tudo eu peguei. Mas aí se precisar eu vendo a geladeira também. Mas é difícil, porque se eu for vender no brechó eu não ganho nada. E tem uns que falam que nem vão comprar - diz Lindacir, agitada.

Na ausência dos maridos, elas são obrigadas a fazer esses tipos de trocas.

- Quando eu vim aqui eu não tinha esse tamanho de barraca, era uma pequeninha. Não tinha nada dessas coisas. Eu fui pegando de costura. Eu não queria pegar, mas só que daí eles disseram pra mim, “então eu vou pegar a tua conta e tardinha eu te deposito o dinheiro”. Daí eu falei não, porque eles viajam muito, pra tudo quanto é lugar. E um marido nós não temo pra ir atrás. Um filho grandão, de maior, de responsabilidade, nós também não temo pra tá indo atrás. E a gente não confia de mandar os menino atrás das ciganada, porque eles são muito brabo. Capaz até de matar a família da gente e falar que foi qualquer um da rua - teme Delir, nervosa, enquanto fuma um cigarro que estava pendurado atrás da orelha.

Quando costuram à mão, as ciganas levam dois dias inteiros para fazer um vestido. Maria Paula ressalta que as mãos ficam machucadas, porque os vestidos de malha são piores, “o pano é duro pra costurar e chupa a agulha”. Dessa forma, elas têm que fazer mais força para transpassar as agulhas no tecido, e, por isso, acabam se furando. Lindacir afirma já ter pegado tétano, por causa disso.

Em 2014, quando Elisa Costa, da AMSK, retornou ao acampamento, trouxe consigo uma máquina de costura nova para doar às ciganas. Um alí-

vio para Lindacir, que com os dedos infeccionados, já não aguentavam mais costurar à mão. No mesmo ano, Milton Zanotto, diretor de Legislação e Assuntos Jurídicos do Sindicato dos Trabalhadores em Instituições de Ensino Particular e Fundações Educacionais do Norte do Estado de Santa Catarina (Sinpronorte), e amigo das Calins, que vêm ajudando-as desde então, também doou uma máquina às irmãs. Agora, elas podem se revezar, e levam apenas um dia para confeccionar um vestido. Para Vilma, a mais velha e a primeira a aprender a costurar, “agora é muito mais fácil e mais rápido, não dói tanto a coluna”.

Quando não há muitas encomendas de costura, elas acabam recorrendo à mendicância, que acontece somente em casos extremos. Principalmente quando as ciganas não possuem mais comida no acampamento. Milton Zanotto lembra que mendigar é um ato de extrema vergonha para a comunidade cigana. Antes da morte de seus maridos, nunca necessitaram passar por isso. Agora, ao terem que enfrentar a fome, o preconceito e a vulnerabilidade em que vivem, muito da cultura cigana tem se perdido entre as Calins.

- Elas acabam deixando passar muitos elementos do ser cigano, que era a leitura de mão, que era aquela intuição, do olho no olho. Elas não fazem mais isso. E agora estão fazendo mendicância, porque eu já vi elas na sinaleira, mas fingi que não vi. E elas fingiram que não me viram, porque não é digno pro povo cigano viver da mendicância. Então a gente faz um jogo, só que a gente não quer isso - enfatiza Zanotto.

Elisa Costa considera que a leitura de mão também deixou de ser algo natural e constante, por conta das violências que elas sofrem nas ruas.

- É muito comum uma pessoa fazer a leitura de mão e depois chegar na delegacia e falar “eu quero o meu dinheiro de volta, porque fui enganada”. Automaticamente, o delegado manda prender e ainda manda devolver o dinheiro.

O assédio e as agressões contra as ciganas não acontecem só nas ruas, mas, principalmente, dentro do acampamento. No mesmo ano em que chegaram no terreno, um ato violento traumatizou as irmãs Calins.

- A gente já sofreu muito em Joinville. Uma vez, passou um de moto e jogou uma bomba aqui na nossa barraca. O filho da Linda tava com dois anos na época. Era madrugada, mais ou menos uma hora da manhã, a gente já tinha conseguido fazer ele dormir. Mas nós ficamos acordada, cuidando dele. A bomba pegou bem reto, na direção da cabeça do menino, ele danou de chorar. E nós olhando pra ver se machucou o menino. Mas nada, foi só o susto que ele levou. A barraca fez um rombo assim ó - descreve Maria Paula fazendo um círculo com as mãos, de cerca de 20cm de diâmetro, para indicar o buraco na lona.

As ciganas falam que as ameaças são recorrentes. Variam entre xingamentos, apedrejamentos e até invasões.

- Tem carro que entra aqui à noite, fica fazendo cavalinho de pau. Daí vem cheio de homarada dentro do carro. Primeiro eu pensei que fosse assalto, mas não. Só que quando nós ia ver, os carro já tava aqui. Meu Deus, que medo! Uma hora da noite, tu não vai pensar que é gente boa, né. Eles querem insistir pra entrar. Mas aí a gente fala pra não entrar, porque nosso chefe não quer, que ele tá dormindo e se acordar ele vai ficar brabo. Mas é mentira, as nossas crianças que tavam dormindo. A gente é o chefe. Aqui quem manda somos nós. Mas como é que fala que só tem mulherada? Daí os malandro faz coisa com a gente - explica Delir, com os punhos fechados e músculos rígidos.

Maria Paula diz que, apesar de terem medo da violência, muitas vezes elas pensam em reagir e se unir para proteger da família.

- A gente fica quietinha, mas se eles querem insistir pra entrar, a gente vai se reunir e vai pegar ele de pau, vai cace-tear, fazer o quê, é a nossa segurança. Porque se ele vem e dá um soco nela, eu já venho e vou pular nele, daí vem a outra, se vai uma vai todas. Mas o corpo da gente não tá resistindo mais.

Para além do olhar gadjon

Depois do almoço, as irmãs ciganas se reúnem na mesma barraca para se distrair, conversar e descansar. Um ventilador antigo e enferrujado é ligado, para que o ambiente embaixo da lona preta fique menos abafado. Enquanto elas dividem sofás e cadeiras de plástico quebradas, as crianças continuam a brincar. O filho de Lindacir, que agora tem sete anos, monopoliza o Playstation 2, sem tirar os olhos da televisão. Enquanto Guguinha, o caçula de Luci, de 11 anos, fica sentado na ponta da cama, apenas olhando para o videogame.

- Ô Guguinha, dá uma água pra eu tomar esse remédio aqui. Por que será que eu não consigo levantar a perna? Repuxa tudo aqui nas costas. Eu já fui no posto e eles me deram a morfina e a receita pra mim comprar o remédio. Mas é longe, pra ir de a pé num dá. Os únicos remédios que eu pego no postinho é o pra labirintite e o Biofenac, o Diazepam não fornece aí tem que comprar - sem conseguir fazer movimentos bruscos, Lindacir põe as mãos nas costas e reclama de dor.

Enquanto isso, nas pontinhas dos pés, Guguinha pega uma mochila em cima de uma pilha de cobertores apoiados em uma bancada de madeira. Dentro, diversas caixas de remédios e cartelas com comprimidos se chocam ao caírem no colo de Lindacir. Ela tenta identificar pelas cores e tarjas qual medicamento deve tomar. Algumas horas atrás, ela já havia tirado da mesma sacola um remédio para azia. Agora, ela procurava um para a dor na lombar.

- O pior é que eu não consigo nem deitar. E se eu não tomar o remédio eu não durmo. Por causa da dor e também porque a gente tem depressão, sabe. Aí tem que tomar o remédio controlado. Tudo nós aqui. Se não tomar o remédio, a cabeça fica rodando.

Quando as ciganas chegaram à Joinville, já tomavam remédio para depressão, mas com a falta diária de alimentos, insegurança e insalubridade no terreno, o sofrimento aumentou. O caso de Lindacir ainda tem um

agravante, pois até hoje não superou a perda do marido e do filho mais velho. As irmãs contam que, na mesma época, ela acordava de madrugada com crises de choro compulsivas e sem conseguir levantar da cama o resto do dia.

- Depois do que aconteceu comigo, meu Deus, entrei numa depressão. Se não fosse esses remédios eu passava dia e noite chorando e num quero conversar com ninguém. Eu bebia o dia inteiro. Eu tive dois anos e meio bebendo pinga. O meu café da manhã era pinga, dia e noite. Mas aí fui vendo que não valia a pena. E acaba com a saúde da gente, mas resolver não resolve. Só piora – confirma Lindacir.

Assim, todas logo foram à procura de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) para conseguirem mais medicamentos. Após a primeira consulta foi dito que precisariam de um acompanhamento terapêutico e psicológico, mensal. No entanto, algumas dificuldades apareceram, como a distância para chegar até o posto de saúde do bairro em que vivem.

- A gente só pode marcar consulta na sexta-feira. Daí chega no dia e nós temo que ir lá no Jarivatuba pra marcar. Vai a pé e volta a pé. Daí a moça pede os papezinhos e a gente tem que ir lá de novo, num horário certo. Vamos supor, se a consulta é lá 13h, a gente tem que sair daqui meio-dia, ou 11h30. Porque até chegar lá, com o problema que nós temos de dor, leva duas ou três horas - conta Delir.

Quando não há perspectivas

de atendimento a curto prazo para as ciganas, Antônio Carvalho Martins Filho, graduado em Direito, que as tem ajudado em Joinville, reúne alguns amigos para que voluntariamente possam arcar com algumas despesas em prol da saúde das irmãs Fernandes. Foi o que aconteceu com Lindacir. No início deste ano, a dor na lombar já não a deixava caminhar. Depois de vê-la “literalmente se arrastando no chão”, ele e alguns companheiros pagaram uma consulta, uma ressonância e algumas sessões de fisioterapia. O dinheiro serviu para identificar a Osteoporose e três hérnias de disco na jovem cigana, de 37 anos. O tratamento ajudou a suavizar as dores, mas não por muito tempo. Para Martins, se fossem esperar a fila do Sistema Único de Saúde (SUS), Lindacir ia morrer, pois não aguentava o sofrimento.

No entanto, Akadenilques de Oliveira, representante da Secretaria da Saúde do município, declara que atitudes como essas não são eficazes, pois é importante que os pacientes sejam atendidos desde o início pela UBS.

- Não adianta fazer um caminho pelas beiras, porque para ela ter uma consulta especializada no SUS ela deve ser avaliada primeiro pelo clínico geral. Depois que ele fizer o encaminhamento pelo sistema, ela irá automaticamente para a fila aguardar. E existe uma demora considerável, mas não é tanto. Elas têm que pegar o caminho certo. Se ela piorar daqui a oito meses, o exame antigo não vai ser tão eficiente, ela vai precisar

de outro atualizado. E depois que ela fizer a cirurgia lá na frente, ela vai voltar pra unidade de saúde. E quem vai atender é o médico que a encaminhou, que sabe do caso dela, para continuar o tratamento. É lá na unidade de saúde que ela vai receber pelo SUS as autorizações da fisioterapia, medicamentos, e todo o restante do acompanhamento.

Já a presidenta da AMSK, defende que essas iniciativas são necessárias, uma vez que as ciganas não costumam ser bem recebidas nos postos de saúde.

- Com a Lindacir não foi diferente, às vezes o pessoal do posto olha, manda voltar, diz que não é uma dor e dá só Paracetamol. Não evolui. Para evoluir, eu ou o Martins precisamos ir junto, porque somos letrados.

Segundo Lindacir, faz quatro meses que ela aguarda ser chamada para fazer um raio-x no posto de saúde do Jarivatuba.

- Eu tive no postinho, só que não chamaram ainda. Eu cansei de ir lá pra reclamar de dor, mas eles me dão um remédio e, ao invés de eu melhorar, tá me dando outro problema, no estômago agora. Não vale a pena isso daí, não resolve nada.

Elisa Costa ressalta ainda que falta um acompanhamento dos agentes comunitários de saúde, pois o cotidiano delas acaba por agravar os problemas. Principalmente pela própria estrutura do acampamento onde vivem.

- A Lindacir não pode

AS CINCO IRMÃS
CALINS ACREDITAM
QUE UMA CASA
TRARIA MAIS
SEGURANÇA PARA
SUAS VIDAS





pegar peso, e só a fisioterapia não vai resolver, porque ela continua carregando os galões de água todo dia e agachando para pegar coisas no chão. Não tem um resguardo. E na ausência de um acompanhamento elas acabam se automedicando, o que é um problema também.

A falta de documentação é outro impedimento. Maria Paula não possui carteira do SUS, porque teve seus documentos queimados pelo primeiro marido, em São Paulo. Depois de viver um relacionamento abusivo e violento, teve o consentimento do cunhado para se divorciar. Após a aprovação, casou com outro cigano, de 60 anos, que veio a falecer no início deste ano. Até então, nunca precisou dos documentos de identificação e, por este motivo, nunca tentou resgatá-los. Mas agora, após cair de uma cadeira de plástico, dentro do acampamento, e deslocar a patela do joelho esquerdo, não lhe restou outra alternativa, já que se recusaram a atendê-la no posto de saúde.

- Na primeira vez que ela foi ao hospital, sozinha, não foi recebida. O atendente disse, “você não tem documentos, então você não pode ser atendida”. Assim ela voltou pra casa e ficou 18 dias com o joelho machucado, sem conseguir andar direito. Quando eu cheguei em Joinville, nós voltamos ao hospital tentar uma consulta. Quando chegamos lá, o cara passou o rádio, “deixa ela entrar, deixa ela entrar, a senhora está sem documento, mas entra”, porque viu a gente junto. E normalmente é assim. O Estado só sabe que

elas existem, porque eu fui lá avisar - pontua Elisa Costa, que acompanhou a situação.

Depois que Maria Paula conseguiu passar da recepção, outro obstáculo causou desconforto. A presidenta da AMSK pediu para acompanhá-la dentro do consultório, tanto para entender qual seria o diagnóstico do médico como para acompanhar Maria Paula, que estava insegura.

- Toda mulher tem o direito de ser atendida com acompanhante. E comunidade tradicional mais ainda. Eu pedi para entrar com ela no consultório, mas o médico bloqueou a minha entrada. Para as outras mulheres levantarem a saia já é um problema. Para a Maria Paula mostrar o joelho, ela quase morreu de vergonha, é muito constrangimento. A gente tem discutido muito, inclusive dentro do Ministério da Saúde, principalmente na área de equidade, a necessidade de trazer a educação continuada para os profissionais de saúde e para a parte administrativa, para ir desbloqueando esses costumes.

Ao final do atendimento, o médico recomendou que a cigana fizesse uma consulta com um especialista de joelho, pois seu caso era sério e talvez precisasse de cirurgia. Também alertou para que tomasse cuidado, já que estava sem documentos e provavelmente não conseguiria marcar. Para Elisa, essa atitude é inadmissível, porque vai contra a lei orgânica do SUS.

- Primeiro que um médico não pode fazer essa intervenção, defender um erro administrativo do atendimento. E, segundo, ele não pode desconhecer uma regra como essa, fazendo parte de uma estrutura como o SUS. A Constituição garante que todo cidadão tenha acesso universal à saúde. Ninguém percebeu porque ela estava sem o documento. Ela não pode ser barrada num hospital por não ter documentação.

Em 2006 foi instituído o Dia Nacional do Cigano, comemorado no dia 24 de maio. Desde então, algumas ações foram realizadas como uma forma de dar visibilidade e atender às necessidades dos povos ciganos. A Portaria nº 1.820, do Ministério da Saúde, por exemplo, afirma no parágrafo único do art. 4º que “É direito da pessoa, na rede de serviços de saúde, ter atendimento humanizado, acolhedor, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em virtude de idade, raça, cor, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, de anomalia, patologia ou deficiência”. Além disso, na Portaria nº 940, de 2011, que regulamenta o Sistema Cartão Nacional de Saúde (Sistema Cartão), é dito no § 1º do art. 23 que não há obrigatoriedade de comprovação de domicílio para os ciganos nômades poderem se cadastrar.

Martins Filho acompanha o caso desde o ano passado e já tentou resgatar os documentos de Maria Paula no cartório de Três Pontas - MG, onde a cigana nasceu. Porém, o local havia

pegado fogo e nada foi recuperado. Agora, tramita na Promotoria de Justiça de Joinville um processo para que ela consiga prioridade de atendimento no cartório do município.

- Eu entrei como declarante no processo, para que eu pudesse ajudar. Ela precisa ir no cartório com duas testemunhas, mas, antes disso, o juiz da defensoria pública tem que aprovar com caráter de urgência, porque tem mais de 600 pessoas na frente dela. Isso demoraria uns dois ou três anos, no mínimo.

Elisa Costa ressalta que as imagens negativas criadas a respeito dos ciganos tendem a dificultar esse processo.

- Infelizmente a fama é de que todo cigano tem duas, três, quatro, cinco carteiras, porque em cada estado você faz uma. Faz apenas um mês que foi aprovado no Senado a carteira unificada, e isso vai demorar um tempo para acontecer. Então, a gente precisa juntar evidências para convencer e provar duas vezes que a Maria Paula não vai usar esse documento para algo ilícito.

Atualmente, as irmãs Luci, Vilma e Delir são as únicas que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em função dos diagnósticos de depressão e problemas de saúde aprovados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Após sofrer uma parada cardíaca, Luci sobrevive atualmente com uma ponte de safena. Vilma foi diagnosticada com

Osteofitose, popularmente chamada de “bico de papagaio”. E Delir recebeu alta no fim do ano passado, após ficar um mês internada com Leptospirose. Mas o valor de um salário mínimo que cada uma recebe mensalmente, é dividido entre todos da família, corre o risco de ser bloqueado. Isto porque elas não tinham conhecimento e nem têm autonomia e condições de se deslocar até a Secretaria de Assistência Social de Joinville para fazer a atualização do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal – que desde 2016 passou a ser requisito obrigatório para a concessão do benefício.

Maria Paula ainda não conseguiu nenhum benefício, porque precisa dos documentos para realizar qualquer tipo de solicitação. Já Lindacir, que não têm condições de trabalhar, por conta de sua depressão e dor nas costas, ainda não possui BPC, pois teve o laudo negado na perícia médica do INSS.

- Eu fui travada pra lá, com essa dor na coluna, mas eu não sabia ainda o problema. Pra mim era dor nos rins. Então quando ele perguntava “o que você sente?”, “dor nos rins”, eu dizia. Mas o médico que cuidava de nós antes já tinha dito pra mim que era dor lombar crônica. Eu fui com o laudo, fui com tudo. Mas se eu pudesse processar esse homem, eu processava, com gosto e prazer. Por causa de eu pegar meu filho, com fome, sem ter o dinheiro da passagem, quem pagou a passagem pra mim foi a vizinha. Fui com o Iram, no maior grito lá no ter-

minal, e eu chegar com esse homem, com essa dificuldade, nessa situação e ele inventar um papellá, que eu me abaixei, que fiz isso e aquilo sozinha, sendo que ele que me ajudou a sentar na mesa. A minha raiva dele é por causa disso, de ele saber, ser o médico e ter o estudo. Porque o médico serve pra saber do problema do paciente. Agora, ele sabia meio por cima do meu problema e recusou? - desabafa Lindacir.

Elisa Costa ressalta sua indignação com a situação da cigana.

- A barreira pra chegar no direito, apenas vai se estendendo, porque você nunca espera que um perito, que ajuda ela a se locomover, minta no laudo que ela pegou uma folha normal, sem problema na coluna. E na realidade ela não fez isso, porque ela não conseguia fazer isso.

Para Elisa, todos esses constrangimentos poderiam ter sido evitados caso uma busca ativa tivesse sido efetivada pela SAS no acampamento, anteriormente. Estefânia de Souza, psicóloga que coordena o Serviço de Atendimento Proteção Básica, da Secretaria de Assistência Social (SAS) de Joinville, justifica a ausência desse serviço.

- Acontece que agora que está começando a parecer que elas estão fixas ali. Depois de um tempo, até as pessoas estão começando a ver. Nós temos que atender 75% do território, então não tem como atender todo mundo. A gente não tinha muitos profissionais pra poder fazer essa

busca ativa, então não tinha gente suficiente pra fazer um trabalho efetivo. Ano passado eu tava com dois assistentes sociais. Era impossível fazer uma ação com elas. Por isso que elas eram atendidas pontualmente só quando vinham aqui [na Secretaria]. Hoje eu posso, porque tenho sete assistentes.

A profissional confessa nunca ter tido acesso ao Guia de Políticas Públicas para Povos Ciganos, lançado em 2013, pela SEPPPIR, mas reconhece que existe “uma abordagem diferente que deve ser estudada para atender esses grupos”. Em maio de 2017, após uma primeira conversa com as ciganas dentro do terreno ocupado, Estefânia já acionou uma assistente social para fazer o acompanhamento do grupo Calon a longo prazo.

Outra ação que deve ser realizada pela SAS é a interferência no âmbito da educação para que a comunidade do acampamento da rua Agulhas Negras tenha acesso à escola. Hoje, apenas Iram, filho de Lindacir, está estudando. A cigana ainda sublinha que só conseguiram a vaga porque Elisa Costa as acompanhou nesse processo - já que tentaram anteriormente, mas não obtiveram sucesso. Em 2014, as irmãs Fernandes começaram a frequentar o Centro de Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas pararam depois de três meses, porque a distância e limitações físicas tornaram-se impedimentos. Além disso, elas não se sentiam confortáveis dentro do espaço de sala de aula.

- As pessoas falam, “ah, elas não estudam porque elas não gostam de escola”. A mulher já é uma vitrine, agora eu convido qualquer um pra botar uma saia de cigana e frequentar a escola, é muito difícil. E elas precisam cuidar das crianças, as ciganas não largam seus filhos. Elas não vão botar numa creche, vão botar na escola, pra ir buscar. Como a Linda faz com o Iram. Como todas fizeram com os meninos mais velhos, e que depois tiveram que sair, porque tem que trabalhar. Mas aí não tem emprego pra cigana. Então é uma sequência. É preciso tentar trazer um circuito de educação para dentro do acampamento, porque elas querem aprender a ler e escrever - sustenta Elisa Costa.

A presidenta da AMSK faz referência à resolução 181 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), deferida em novembro de 2016, que, pela primeira vez, inclui crianças e adolescentes de comunidades tradicionais ao direito à educação, à manutenção da língua e territorialidade cultural.

No mesmo ano, Guguinha também conseguiu uma vaga, mas teve que viajar para o casamento do irmão, de 15 anos, em São Paulo, e quando regressou já não pode mais frequentar o colégio.

- O que é preciso é o cumprimento da Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 3, aprovada pelo Ministério da Educação em maio de 2012, que define as diretrizes para o atendimento escolar de comunidades tra-

dicionais e para crianças em situação de itinerância, como parquistas, circenses e ciganos. Então a escola é obrigada a disponibilizar uma vaga para essas crianças. E mesmo que elas não apresentem o histórico escolar é só dizer na escola qual o colégio que elas estudavam. Porque a grande dificuldade é trazer o documento. Mas aí a escola puxa isso, ou é feito o teste de nivelamento. Mas a colocação de “não temos vaga” é inaceitável - critica Elisa.

Estefânia observa que a SAS pode entrar em contato com a escola ou até encaminhar o caso para o conselho tutelar intermediar a situação.

- É um direito que está sendo violado. A escola tem que conseguir a vaga imediatamente. Tem que avaliar se a criança perdeu a vaga porque faltava muito. A escola pode estar querendo punir por isso.

Os Povos Romani possuem na sua cultura a história oral como o meio tradicional de compartilhamento de informações para os demais descendentes. O conhecimento passado entre as gerações é mais valorizado do que o adquirido por meio do ensino formal. No entanto, essa realidade tem mudado ao longo dos últimos anos.

- É bom saber estudar um pouco, até mesmo pra não deixar ninguém passar a perna na gente, né - destaca Delir.



Em fevereiro de 2016 aconteceu o primeiro casamento no acampamento. Juliana, filha de Delir, e seu primo Alexandre, o caçula de Maria Paula, casaram em um fim de semana de sol, ambos com 15 anos. Luci conta que quando as famílias têm dinheiro, geralmente, os pais dos noivos pagam R\$ 60 mil, cada, para a realização da festa, além de presentear o casal com uma caminhonete. No caso de Juliana e Alexandre, os familiares tinham poucos recursos financeiros e, por isso, o casal não pôde desfrutar de todos esses presentes. No entanto, a comemoração, que durou três dias consecutivos, trouxe música e dança ao acampamento.

A noiva, branquinha, de olhos castanhos e cabelos compridos usava um vestido longo, branco, com rendas e fitas brilhantes, feito pela tia Lindacir. Na cabeça, uma coroa de crochê e pingentes de medalhas douradas, perfeitamente encaixada, servia tan-

to como um acessório de beleza, quanto como uma prova de que ainda era virgem. Na tradição Calon, ao contrário dos homens, as mulheres ciganas apenas podem casar caso nunca tenham tido relações sexuais. Antes da celebração, um teste é realizado: se a coroa cair ou ficar frouxa, significa que a noiva não é virgem. O mesmo adereço é colocado também na cabeça de uma cigana não virgem, para que uma comparação seja feita como prova. Após o primeiro ato sexual, a noiva ainda deve mostrar aos familiares a roupa manchada de sangue. Caso contrário, o casamento pode ser cancelado.

O matrimônio entre integrantes da mesma família é comum para esse grupo de ciganos. Segundo Delir, é mais fácil por serem pessoas conhecidas. A única regra é que “primos-irmãos” não podem casar, ou seja, quando os pais e as mães dos noivos também são irmãos. Antigamente não se podia decidir com quem vi-

ver. Em caso de fuga, havia perseguição e morte. Hoje, ainda existem casamentos arranjados - onde a noiva e o noivo são prometidos uns aos outros, pelos pais, quando crianças - mas não são obrigatórios. Os filhos e filhas podem escolher suas companheiras ou companheiros, respectivamente, mas apenas casam com a permissão dos pais.

Quando viúvas, as mulheres só podem usar saias e blusas. Na cultura Calon, a maquiagem, os acessórios e vestidos apenas são usados enquanto as ciganas estiverem casadas.

- É uma tradição, né. Não tem marido, por que por a roupa assim? Pra ficar bonita? Se vestir roupa linda tem que tá com o marido. O marido morreu, já não veste mais. Tem que considerar o marido debaixo da terra. Mas é difícil pra acostumar - explica Delir.

Para as ciganas, depois de perde-

rem os maridos elas não podem mais casar, em respeito ao falecido e à comunidade. Em caso de separação, um segundo casamento é permitido, mas apenas se o homem da relação tiver casado primeiro.

- Se ele casou nós também pode casar. Mas se ele tiver separado ainda, não pode casar. Daí dá morte. Eles seguem a gente pra matar, porque é que nem passar vergonha. Tem que respeitar a lei. Se ele casar primeiro daí eu posso achar qualquer um pra mim casar - relata Lindacir.

As irmãs falam que, independente das regras, elas já não têm vontade de se casar novamente.

- Não adianta, é só trouxa que vem em cima da gente. Se pega um marido bão, é bom, mas às vezes pega bêbado, só pra judiar da família da gente? Não, Deus o livre! Hoje em dia só tem o que não presta. Se for pra sofrer eu sofro sozinha - justifica Luci.

Há outra tradição específica do grupo étnico das irmãs Fernandes que é a queima da barraca e de todos os pertences após a morte do companheiro. As Calins garantem que nada do que foi usado pelo esposo pode ser usufruído pelas viúvas depois de sua morte. O que não vira cinza é jogado fora ou doado. Foi o que aconteceu com Maria Paula, após perder o segundo marido. Atualmente, ela dorme no chão, e divide a lona com a irmã Lindacir, pois ainda não conseguiu construir seu próprio lar. Luci também passou pela situação e, até hoje, divide a tenda com Vilma. Ela e Guininha dormem juntos.

NA TRADIÇÃO CALON, AO CONTRÁRIO DOS HOMENS, AS MULHERES CIGANAS APENAS PODEM CASAR CASO NUNCA TENHAM TIDO RELAÇÕES SEXUAIS

Culturalmente, as Calins estão aptas a casar após a primeira menstruação. Desde pequenas, elas são preparadas para o momento do casamento. Por este motivo, quando conseguem ter acesso às escolas, elas costumam encerrar os estudos assim que entram na vida conjugal, para poderem se dedicar mais ao marido, filhos e organização das barracas.

Depois de casados, Juliana e Alexandre passam o dia desenhando e pintando livros de colorir - é o que mais gostam de fazer. O rapaz, assim como os outros jovens casados, já realizou alguns serviços como auxiliar de pedreiro nas obras da região, mas não possui emprego fixo. A menina não trabalha fora do acampamento e tampouco almeja fazer faculdade ou sair de perto da família. Ambos gostariam de ter filhos, mas avaliam que na atual conjuntura não seria prudente, pois não teriam dinheiro para sustentá-los.

Milton Zanotto, o diretor de Legislação e Assuntos Jurídicos do Sinpronorte, que já teve conta-

to com muitos grupos ciganos durante a juventude - ao viajar como seminarista pelo Brasil -, argumenta que a cultura dos Povos Romani é machista e, na sua opinião, deve ser superada, mas trabalhada com respeito. Nesse contexto, as viúvas são as que mais sofrem.

- Não dá pra dizer que a viúva é marginalizada, porque ela acompanha o grupo, mas ela está sempre à margem. O viúvo, o “bato”, que seria o homem, tem todas as regalias do grupo, porque é visto como o sábio, experiente, que conhece. Então tudo o que se faz se consulta a ele. Enquanto a viúva não, ela é mulher. Por exemplo, eu era o cara que transportava as coisas das viúvas, porque ninguém queria, ninguém se interessava. Então eu, quando tinha condições, ajudava a levar. Só que também era um problema, porque teve um momento em que o grupo começou a me olhar estranho, porque eu comecei a ajudar a viúva. A mulher que eu falo era uma velhinha, ela não tinha força pra buscar uma lenha no mato. Então eu ia ajudar, mas isso não era bem visto. Ela também não era bem vista. Então falavam, “deixa ela se virar!”. Isso acontecia em alguns grupos que eu fui. Em outros, a viúva era tratada a pão de ló. Mas era diferente, não dá pra aplicar a mesma realidade a todas.

O sindicalista também fala que a situação das mulheres separadas é ainda pior, pois são vistas como prostitutas, uma vez que “se largaram os maridos, é porque não prestam”. Mas ele sublinha que os motivos verdadeiros são outros, como a violência doméstica.

- Acontece em tudo quanto é lugar, mas no caso deles é mais complicado, porque é algo velado, fica somente entre as lonas. Hoje, se a mulher passa por um processo de violência, você tem como denunciar. Embora muitas mulheres ainda relutem em expor isso. Mas pra elas é muito complicado, porque não é bom falar que você é separada, é vergonhoso.

A submissão aos homens também reflete na segurança, ou insegurança, da área onde acampam. Quando são casadas, os companheiros são os chefes e lideram o acampamento. Então ao decidirem o local onde vão ficar, um “teatro” é realizado pelos homens com o intuito de demarcar território e avisar aos “gadjons”, os não-ciganos, que aquele lugar tem dono e não deve ser invadido.

- Em geral, faz-se um movimento teatral de tiro para cima, pra demonstrar que o espaço é deles e que ninguém entra. Mas esse tipo de teatro tem hora, início, meio e fim, para que as pessoas vejam e para dizer ao gadjon, “olha, fica no teu lugar”. Eles fazem entre eles. Mas aqui esse elemento não existe mais. Elas não são violentas. O dia que eu cheguei aqui, meu Deus, eu não sabia onde encontrar resistência. Pra mim, entrar aqui e não encontrar resistência é horrível, porque significa que “estamos a mercê”. E isso sempre foi um elemento de proteção, porque esse teatro é feito pra dar um recado a alguém. Mas aqui infelizmente não existe esse teatro, então não há um respeito e acaba acontecendo o que se passa aqui: o pessoal está entrando, está roubando, e a insegurança é visível - relembra Milton.



QUANDO VIÚVAS, AS CIGANAS DE ETNIA CALON NÃO
PODEM MAIS USAR VESTIDOS, ACESSÓRIOS
E MAQUIAGEM

Faça-os andar

Passava das oito horas da manhã, quando dois oficiais de justiça chegaram ao acampamento, no dia três de maio de 2017. A presença incomum dos homens brancos e altos assustaram as ciganas, que tomavam café e fumavam cigarros dentro do terreno. À procura das Calins, eles queriam entregar uma intimação às habitantes do local, para que respondessem a um processo de reintegração de posse, movido pela empresa HaCasa - Empreendimentos Imobiliários.

No primeiro momento, as ciganas não entenderam do que se tratava, por serem analfabetas, não podiam ler o documento e tampouco assiná-lo. Mas, coincidentemente, Milton Zanotto estava com elas e pôde explicar a situação.

- A própria Lindacir disse que não assinaria nada, porque não sabia ler, e que não receberia. Mas eles colocaram que era importante ao menos que fosse relatado os nomes. Então os nomes de todos foram anotados - recorda Milton.

A mesma intimação chegou às ciganas em 2013. Naquele momento, apenas Delir Fernandes foi autuada, pois os demais moradores não estavam presentes no local. Assim, o oficial de justiça deveria ter voltado à ocupação para citar todas as pessoas que viviam ali, mas esse retorno nunca havia acontecido. O processo estava parado até o início

deste ano. Rodrigo Collares Tejada, Defensor Público Federal na Defensoria Pública da União (DPU) de Joinville, acredita que uma liminar de ordem de despejo deve ter sido emitida, mas não foi encaminhada porque, à época, as ciganas não tinham defesa, já que a Defensoria Pública ainda não estava bem estruturada no Estado.

No entanto, a chegada dos oficiais de justiça foi uma surpresa para Elisa Costa, pois no mesmo ano ela teve acesso ao registro de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do local, no qual a Prefeitura de Joinville constava como proprietária da área. Foi até por este motivo que as ciganas optaram por continuar vivendo ali.

- Quando a gente começou a entrar na justiça para rever isso, pra olhar a solicitação de territorialidade, o terreno mudou de dono, já era da HaCasa. Eles alegaram que houve um erro de cadastro e então mudou de nome. Simples assim.

Martins Filho ratifica a situação.

- Houve um equívoco em toda a estrutura documental. Eu estava na reunião quando a gestora pública disse, “há fenômenos em Joinville que o senhor não conhece”. Isso diz muito. Então há uma história nesse processo todo, porque o proprietário do terreno não pode mudar de um dia para o outro.

Segundo a defensora pública Ticianne Domingues Rubira, que assumiu o caso em defesa das Calins, consta no proces-



so que o terreno pertence à imobiliária desde 1992. Após a intimação, ela teve um prazo de 15 dias para recolher provas que beneficiassem as ciganas. Elisa Costa enfatiza duas observações registradas no documento, que são constantemente apresentadas de forma equivocada.

- Uma delas é a identificação como movimento cigano. A gente sabe da estrutura de criminalização no país quanto aos movimentos



ATUALMENTE,
EXISTEM POUCOS
ACAMPAMENTOS
EM SITUAÇÃO
NÔMADE


sociais. É uma estrutura que tem ganhado força especialmente no governo atual. E a gente não é um movimento social. Outra coisa é que o Estado tem feito, repetidamente, uma exclusão de gênero, não as reconhecendo como chefes, já que não possuem homens no acampamento. Nós tivemos, inclusive, que trazer uma antropóloga para fazer um estudo qualificado da área, para poder comprovar que elas são uma comunidade tradicional, que mantém a tradição da lín-

gua, os costumes e a estrutura toda.

Na primeira instância, Caroline Bundchen Felisbino Teixeira, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível, da Comarca de Joinville, negou a liminar de reintegração de posse. Mas para a corretora de imóveis, Ana Carolina Sabino, a decisão não é suficiente, pois acredita que os proprietários da imobiliária Hacasa não vão desistir facilmente.

- Eu conheço os donos da empresa, eles são pessoas extremamente fortes na cidade, são donos de meia Joinville, se não falar inteira. São difíceis de lidar em termos de negociação.

A imobiliária Hacasa foi criada em 1983 e pertence ao Grupo H. Carlos Schneider. A empresa é proprietária e desenvolvedora de diferentes empreendimentos imobiliários, como shopping-centers, hipermercados, hotéis, lotea-



**“O TERRENO É UM
ESPAÇO ONDE VOCÊ
POSSA SER CIGANO
DENTRO DA SUA CASA
E FORA DELA”**

mentos e condomínios residenciais. Emigrados da Alemanha no final do século XIX, atualmente, a família Schneider gerencia um conglomerado de seis empresas industriais e de serviços, incluindo ainda: Ciser Parafusos e Porcas, Ciser Nedschroef Fixadores Automotivos, Agropecuária Parati, Intercargo Soluções Logísticas e RBE Gestão Estratégica de Energia. A matriz da companhia é localizada em Joinville, mas o grupo possui unidades de produção e distribuição na cidade de Araquari-SC, no estado de Minas Gerais e em países como Peru e China, com um total de 1,6 mil funcionários. Além disso, o grupo empreendedor ainda é proprietário de diversas áreas de preservação permanente, que possuem nascentes de água e abastecem 17% do município.

O processo seguiu para a segunda instância e as ciganas ainda aguardam a decisão final da juíza. Enquanto isso, algumas alternativas estão sendo pensadas para as Calins, caso a ordem de despejo seja aprovada, como a localização de terrenos de marinhas ou da Prefeitura, onde o Estado providencie a compra. A presidenta da AMSK declara que já foi averiguada a possibilidade das irmãs Fernandes serem incluídas no programa Minha Casa Minha Vida, porém seria um problema separá-las.

Apesar da movimentação, Elisa Costa alerta para o fato de que o ideal seria que as Calins continuassem no terreno onde estão, pois já criaram um vínculo. A escola do filho de Lindacir, por exemplo, fica perto do acampamento e, por este motivo, não precisam pegar ônibus. Além disso, as ciganas pagam fiado em um mercadinho próximo, o que, para ela, é raro e muito específico dessa comunidade.

Elisa informa que, atualmente, o número de grupos Romani sedentários - ou seja, que possuem residência fixa - é o que mais cresce. Isto indica transformações significativas em seus hábitos e costumes. Mas, sedentarizar-se acaba sendo uma opção feita pelos ciganos e ciganas em busca de melhores condições de vida.

- O nomadismo se deu porque eles eram expulsos. É

o “faça-os andar, tire-os daqui, eu não os quero aqui”. Os ciganos não somos mais nômades neste país há muito anos. Hoje, existem pouquíssimos acampamentos em situação nômade, e muitos têm casa, pegam a barraca, viajam durante um tempo e voltam pras suas casas.

Para os Povos Romani, a luta pelo território tem um sentido cultural e não de posse ou herança.

- O terreno é um espaço onde você possa ser cigano dentro da sua casa e fora dela. E que você tenha o direito de fazer isso em segurança. A tenda é a casa dos ciganos, mas ela não é tão inviolável quanto uma residência. O sistema de vulnerabilidade é 99%, é muito mais fácil de entrar. No caso das Calins, por falta de condição de deslocamento, elas necessitam de um lugar para exercer a sua própria cidadania, e elas não podem ser largadas pelo Estado, nessas condições - reforça Elisa.

Para ela, independente do resultado, alguma atitude deve ser tomada pelo Estado, pois segundo o Programa Nacional de Direitos Humanos III, o Estado deve “garantir as condições para a realização de acampamentos ciganos em todo o território nacional, visando a preservação de suas tradições, práticas e patrimônio cultural”.

Martins Filho defende que algumas mudanças deveriam ser feitas na área ocupada pela família Fernandes, pois o descaso com o grupo e as condições em que vivem é de-

sumana. Sua ideia é cercar o terreno, assim como colocar brita em toda a extensão, fazer o saneamento básico necessário para melhorar a fossa que já existe no local e incluir um sistema de eletricidade seguro para as Calins.

Maria de Fátima Marques, consultora técnica no Departamento de Apoio à Gestão Participativa e Controle Social (DAGEP), do Ministério da Saúde, ressalta outros aspectos de insalubridade na ocupação.

- Isso é questão de limpeza pública, porque não tem como você fazer intervenção de saúde se você não tem esgoto. Você tem fossa a céu aberto e você não tem recolhimento de lixo. Elas tem que catar o lixo e colocar do outro lado da rua, porque no acampamento a limpeza urbana não recolhe, não tem número. Elas fizeram até uma cestinha do outro lado.

Uma situação, que aconteceu no fim do ano passado, demonstra a ausência do Estado nesse processo, na opinião do graduado em Direito Martins Filho.

- Eu fui na reunião que traria a vigilância sanitária para colocar veneno pra rato, mas o vigilante disse que não vinha só porque estava com medo das ciganas, que só viria com a polícia, mas eu disse que não. Então ele veio com mais três carros da vigilância. O problema é que não há um compromisso, não há continuidade. Não adianta você vir e matar um ratinho. O rato é o menos culpado, ele é efeito,

“O NOMADISMO SE DEU PORQUE ELES ERAM EXPULSOS”

cujas causas são a falta de saneamento. Elas estão descoladas da sociedade e estereotipadas. Nós temos que continuar lutando na defesa da posse, dessa materialização que elas precisam.

Ao anoitecer, o pôr do sol alaranjado encobre o acampamento. Os fortes feixes de luz, transpassam os furos das lonas e refletem nas painéis de alumínio. Aos fundos do terreno, pode-se ouvir as músicas religiosas e o coro dos fiéis dentro da igreja Cristo é Vida. Enquanto os rapazes jogam baralho, as mulheres se reúnem na barraca de Lindacir. Sentadas no chão, uma ao lado da outra, algumas de cócoras e outras de pernas cruzadas, as cinco irmãs ciganas relembram os momentos de infância.

- Nós somos em 11 irmãos. Sete fia muié e quatro homi. Pai e mãe tão morto. Meu pai morreu faz seis anos e minha mãe faz 25 anos. Meu pai já tava velhinho, com 72 anos. Só que deu AVC nele e ele teve oito meses internado. Tinha que tratar ele, dar banho, usava fralda. A minha mãe morreu eu tinha 15 anos - relembra Lindacir.

Elas contam que viajaram muito, mesmo depois do falecimento da matriarca da família. Sob o total cuidado do pai, conheceram, principalmente, os interiores de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

- Ele não tinha muié pra cuidar dele, mas ele cuidava de nós tudo. Meu pai tinha uma mesa grande, era uma gentarada. Eu não sei como é que meu pai e minha mãe vencia! A gente só com dois num guenta - admite Delir, aos risos.

Vilma afirma que seus pais viviam do comércio. Eles transportavam cobertores para vender entre os estados e, por isso, viajavam tanto.

- Tudo nós aqui nasceu no Turvo, no Paraná. A Delir nasceu no Turvo, né? - indaga Lindacir.

- Tu nasceu onde? - perguntou Maria Paula para Luci.

- Eu nasci no Turvo



também - respondeu Luci, de forma bastante enfática.

- E tu, nasceu onde? perguntou Delir para Maria Paula.

- Eu nasci em Três Pontas, Minas Gerais, uai! - e todas caíram na gargalhada.

Depois que as risadas cessaram, o recorrente assunto sobre a insegurança que sentem no acampamento retorna. As irmãs Fernandes registram que este é o principal motivo para não quererem mais viver acampadas. Não nas condições em que estão atualmente, pois não há proteção. Durante a noite, um botijão de gás já foi roubado enquanto elas dormiam. E, durante o dia, as ameaças são constantes.

- Tem uns cara que entram aqui com celular, com televisão, e querem forçar a gente a comprar, porque eles acham que a gente tem dinheiro, mas não tem. E, já pensou, é coisa roubada, Deus o livre! E eles teimam com nós. Outro dia um cara passou a faca na barraca da Linda, a única que não era furada - lembra Delir.

Mesmo com o incentivo e ajuda da AMSK ou dos voluntários, como Martins e Milton, as irmãs já não têm mais fôlego para enfrentar o barro nas canelas, o galão de água nas costas ou o peso de transportar as tendas para outras localidades do Brasil.

- No tempo que nós viajava, a gente sofria muito. Quando a gente é casado é pior ainda, porque tem mais coisa pra carregar. Quando a gente tem marido, não para mais de

um mês num lugar. Mas agora a gente não tá seguindo essa tradição, ninguém mais gosta de viajar, ninguém mais quer sofrer. Quem pode, compra casa, e quem não pode, fica morando em barraca - desaba-fa Lindacir.

Maria Paula sonha em um dia poder se sustentar vendendo marmitas. Com os olhos brilhando, ela revela que já tem o cardápio elaborado em sua mente. Cada dia seria um prato diferente. Além dos acompanhamentos tradicionais de arroz, feijão e batata, os tipos de carnes e frango ensopado trariam água na boca dos clientes. Sentada em um toco de madeira, na entrada do acampamento, declara:

- A gente queria a segurança de uma casa. E não é porque eu saio de uma tenda, de uma barraca e vou pra dentro de uma casa, não é por isso que eu vou deixar de ser cigano. Não é porque eu coloco uma calça comprida e tiro essa saia que eu vou deixar de ser cigano. Eu sou cigana da mesma forma. Eu vou ser a mesma cigana que eu era antigamente, porque cigano vem no sangue.



LUCI FERNANDES, 46 ANOS

VILMA APARECIDA FERNANDES, 49 ANOS

MARIA PAULA APARECIDA FERNANDES, 39 ANOS

DELIR FERNANDES, 43 ANOS

LINDACIR APARECIDA FERNANDES, 37 ANOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

REPORTAGEM
ANAÍRA SARMENTO

ORIENTAÇÃO
MAURO CÉSAR SILVEIRA

JULHO 2017